

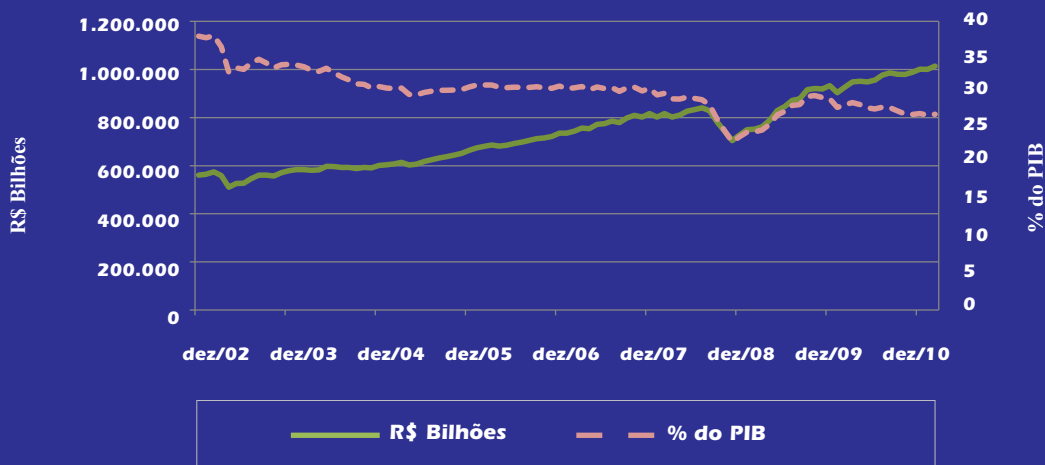


## Dívida Pública

A **Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)** aumentou, em 2010, R\$ 38,1 bilhões atingindo R\$ 2.011,5 bilhões, alcançando 55% do Produto Interno Bruto (PIB). No mesmo período, a **Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)**, que considera a União exceto estatais federais, cresceu R\$ 113,1 bilhões, totalizando R\$ 1.475,8 bilhões, o que representa 40,35% do PIB. A carga dos juros e encargos pagos pela União alcançou R\$ 195,4 bilhões no exercício, o que equivale a 5,34% do PIB, valor próximo aos 5,37% do PIB realizados em 2009, igual a R\$ 171 bilhões.

Pelo critério dos orçamentos fiscal e da seguridade social, publicado no Relatório de Gestão Fiscal (RGF), a Dívida Consolidada da União aumentou R\$ 296,6 bilhões, alcançando o montante de R\$ 2.475,7 bilhões em dezembro de 2010. Apesar da pequena redução da Dívida Líquida em valores nominais em relação ao PIB, seu montante continua crescente. O gráfico 1 mostra a consolidação das contas do Tesouro e do Banco Central (Bacen), denominada Governo Central entre dezembro de 2002 e de 2010.

Gráfico 1. Dívida Líquida do Governo Central



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: TCU

Os seguintes fatores justificam o aumento da dívida bruta, sem impactar no resultado da dívida líquida: acumulação de ativos e passivos decorrentes da atuação do Governo na capitalização da Petrobrás e de outras empresas estatais; emissões de títulos em favor de entidades gestoras de políticas públicas e programas oficiais de fomento; e custo de manutenção das reservas internacionais.

Os créditos abertos às instituições financeiras oficiais de fomento e a programas de governo demonstram o aumento da intervenção da União na economia, alguns deles sem impacto na dívida líquida. De fato, dos R\$ 181,2 bilhões de emissões diretas em 2010, apenas R\$ 90,5 bilhões aumentaram o estoque da dívida.

Ao mesmo tempo em que as operações subsidiadas do Tesouro Nacional com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criam um custo fiscal para o Tesouro, gera-se também um aumento do lucro da instituição financeira, tornando-se receita de dividendos para o Tesouro. Em 2010 o lucro do BNDES foi de R\$ 9,9 bilhões, dos quais R\$ 8,4 bilhões resultam de aplicações em títulos e valores mobiliários, de acordo com as demonstrações financeiras da estatal.

*A DBGG abrange a dívida da União, estados e municípios e exclui o Bacen e as empresas estatais.*

**A Dívida Líquida do Setor Público atingiu R\$ 1.476 bilhões ou 40,35% do PIB. O pagamento de juros e encargos pela União alcançou R\$ 195,4 bilhões ou 5,34% do PIB.**

*A DLSP abrange a dívida da União, estados e municípios incluindo o Bacen e as empresas estatais com a dedução dos créditos desses entes e entidades.*

**As operações subsidiadas do Tesouro Nacional com o BNDES criam um custo fiscal para o Tesouro. Do lucro de R\$ 9,9 bilhões do BNDES, R\$ 8,4 bilhões correspondem a aplicações em títulos e valores mobiliários.**

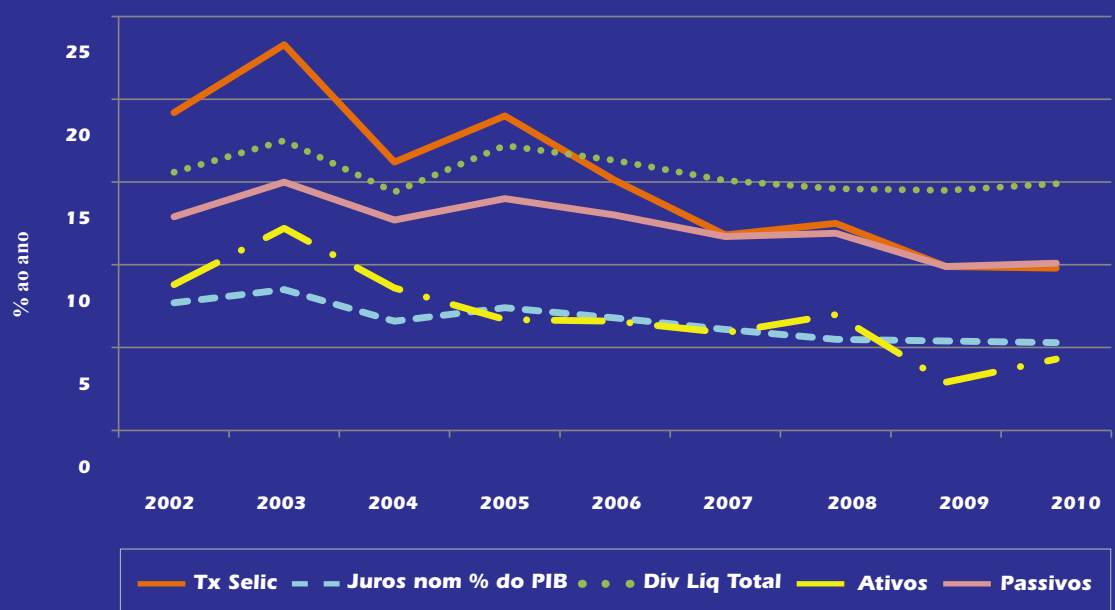
O subsídio direto do Tesouro Nacional ao BNDES foi da ordem de R\$ 11,9 bilhões no biênio 2009-2010.

A taxa implícita de um conjunto de ativos ou passivos é aquela taxa média que promove a mesma correção do montante total desses ativos ou passivos na mesma unidade de tempo.

Cálculo da Secretaria do Tesouro Nacional indica subsídio direto de R\$ 8,8 bilhões concedidos ao BNDES em 2009 e 2010, sendo que foram extraídos da base de cálculo do subsídio R\$ 100 bilhões previstos no “mecanismo financeiro de repasse”, conforme a Lei nº 11.948/2009. Para o biênio 2009-2010, o subsídio é da ordem de R\$ 11,9 bilhões. Essa divergência aconteceu devido à utilização nesse cálculo do custo médio da Dívida Pública Federal (DPF) quando o mais adequado seria considerar o custo médio da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi).

Essas operações, apesar de não representarem impactos imediatos na DLSP, carregam para o Tesouro Nacional o custo fiscal, calculado pelo diferencial entre a taxa Selic, que remunera os títulos da União, e a taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que a União recebe das instituições financeiras oficiais de fomento. De acordo com a Nota de Inflação do Bacen de março de 2011, entre 2003 e 2010 “a taxa Sistema Especial de Liquidação recuou 13,5%, enquanto a taxa implícita da DLSP reduziu 2,6%.” Isso se explica pela diminuição de 7,9% da taxa implícita sobre os ativos da União, enquanto a taxa implícita sobre os passivos da União diminuiu apenas 4,9%.

**Gráfico 2. Evolução da Taxa Selic e da taxa implícita da DLSP**



Fonte: Relatório de Inflação/março-2011 BCB

Também resulta em custo fiscal a acumulação de reservas internacionais pelo Bacen, as quais são aplicadas em ativos internacionais, que remuneram a taxas bem inferiores que as dos títulos do Tesouro Nacional. Por sua vez, os títulos do Tesouro são transferidos ao Bacen para enxugar a liquidez decorrente da compra da moeda estrangeira. De acordo com as notas explicativas das demonstrações financeiras do Bacen de 2010, há crédito a receber do Tesouro, decorrente do resultado de equivalência cambial, de R\$ 48,5 bilhões.